

<p>Proposta 1 A - Resgate do espaço público da cidade, respeitando a especificidade de cada região. Autor: Fátima Félix de Oliveira - Setor Popular F: 19 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	Justificativa
<p>Proposta 2 A- Inibir novas ocupações dos espaços públicos por trabalhadores da economia informal. Autor: Executivo F: 13 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	Justificativa
<p>Proposta 3 A – Adequação das normas de ocupação do espaço público, respeitando as características de cada local e dos diferentes tipos de mobiliário urbano. Autor: Executivo F: 13 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	Justificativa A
<p>Proposta 4 A- Regular a possibilidade de instalação de relógios e de placas de adoção no canteiro central. Autor: Executivo F: 20 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	Justificativa
<p>Proposta 5 A - Restrição do engenho de publicidade em mobiliário urbano aos engenhos iluminados, vedada a utilização de engenhos luminosos. Autor: Executivo F: 8 C: 9 A: 4 Resultado: Reprovado B - Restrição do engenho de publicidade em mobiliário urbano aos engenhos luminosos, vedada a utilização de engenhos iluminados. Autor: Sérgio - Setor Empresarial F: 9 C: 8 A: 4 Resultado: Aprovado</p>	Justificativa Os engenhos luminosos representam poluição visual excessiva.

<p>Proposta 6 e 12</p> <p>6 A - Priorizar o alargamento da calçada até um limite de 3 metros. Autor: Macoud – Setor Empresarial F: 9 C: 9 A: 3 Resultado: Reprovado</p> <p>6 B- Priorizar o alargamento das calçadas, criando, quando necessário, edifícios garagem como forma de substituir as vagas ocupadas por elas. Autor: Adriano\Luciana – Setor Técnico F: 15 C: 2 A: 4 Resultado: Reprovado</p> <p>12 A – Adoção de políticas públicas, garantindo a liberação e ampliação dos passeios, sempre que necessário, para a circulação dos pedestres. Autor: Fátima Félix – Setor Popular F: 20 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 1 Adoção de políticas públicas, garantindo a liberação e ampliação dos passeios, sempre que necessário, para a circulação dos pedestres incentivando quando necessário edifícios garagem como forma de substituir as vagas ocupadas por elas. Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 2</p>	<p>Justificativa</p>
--	-----------------------------

<p>Proposta 7 A – Restrição da instalação de guaritas à área do afastamento frontal da edificação. Autor: Executivo F: 10 C: 7 A: 4 Resultado: Aprovado</p> <p>B - Aprovar a colocação de guaritas padronizadas, rente aos meios-fios. Autor: Gegê – Setor Popular F: 7 C: 13 A: 1 Resultado: Reprovado</p> <p>C- Permitir a instalação de guarita no passeio, mediante autorização dos moradores da área do entorno. Autor: Luciana – Setor Técnico F: 7 C: 10 A: 4 Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA Aprovar a colocação de guaritas padronizadas, rente aos meios-fios, mediante autorização dos moradores da área do entorno. Resultado: Reprovado</p>	<p>Justificativa As guaritas não devem ser construídas sobre o passeio, uma vez que obstruem o espaço público e dificultam a circulação de pedestres.</p>
<p>Proposta 8 A - Implementação de política de conscientização para a adoção de áreas verdes e/ou espaço público por aqueles que o utilizam. Autor: Executivo F: 13 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 9 A - Construção de estacionamentos para bicicletas nas estações do BHBus, metrô, praças e todas as áreas que apresentem possibilidade para tal. Autor: Fátima\Toninho – Setor Popular F: 16 C: 0 A: 5 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 10 A – Definição das regras para uso de calçada com mesas e cadeiras. Proposta: delimitação física das áreas passíveis de colocação de mesas e cadeiras, de forma a desobstruir o restante da calçada, assegurando a acessibilidade, com a obrigatoriedade de divisória física (ex. floreiras naturais). Autor: Fátima/Gegê – Setor Popular F: 15 C: 4 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>

<p>Proposta 11 A - Clarear os conceitos de “calçada”, “passeio”, “recuo”, “logradouro” e outros incluídos no código de posturas, adaptando-os à legislação do código de trânsito sempre que necessário. Autor: Executivo F: 14 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Proporcionar maior clareza à legislação e evitar conflitos com a legislação federal.</p>
<p>Proposta 13 A - Instalação de sanitários públicos ou privados terceirizados em logradouros públicos, por meio de concessão. Autor: Macoud – Setor Empresarial F: 22 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 14 A - O toldo poderá cobrir todo o passeio, com pilares de sustentação afixados rente ao meio fio. Autor: Luciana Palhares – Setor Técnico F: 15 C: 3 A: 2 Resultado: Reprovado</p> <p>B – 1 - Restrição da possibilidade de instalação de toldos às áreas correspondentes às aberturas – portas ou janelas – das edificações. 2 - Vedação da publicidade em toldos, permitindo-se apenas engenhos indicativos nas testei­ras frontais dos mesmos, limitadas estas à altura de 30 cm. Autor: Executivo e Plenária F: 10 C: 7 A: 5 Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA O toldo pode cobrir o passeio, desde que seja em balanço. Vedada a publicidade em toldos, permitindo-se apenas engenhos indicativos nas testei­ras frontais dos mesmos, limitadas estas à altura de 30 cm. Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa A proposta tem o objetivo de restringir a instalação de toldos à função de proteção das aberturas das edificações contra o sol e a chuva. A instalação indiscriminada de toldos representa obstrução do espaço público, enquanto que a publicidade em toldos constitui poluição visual excessiva.</p>

<p>Proposta 15 A – Criação de incentivos à colocação de câmeras de vídeo em locais públicos de maior incidência de ocorrências policiais, visando o aumento da vigilância e a redução da criminalidade. Autor: Executivo F: 13 C: 6 A: 3 Resultado: Reprovado</p> <p>B - O poder público deverá garantir colocação de câmeras de vídeo em locais públicos de maior incidência de ocorrências policiais, visando o aumento da vigilância e a redução da criminalidade, priorizando segurança dos equipamentos públicos e pessoas. Autor: Ivanir Maciel – Setor Popular F: 13 C: 6 A: 3 Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 1 O poder público deverá garantir colocação de câmeras de vídeo em locais públicos, em toda a cidade, inclusive com a incentivos da participação da iniciativa privada, visando o au</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 16 Definição de parâmetros claros e específicos para intervenções de posturas em ZEIS. Autor: Executivo F: 17 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovada</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 17 A – Tratamento preferencial do pedestre, objetivando: 1. Privilegiá-lo nas soluções de trânsito, assegurando-lhe acesso com segurança, conforto e orientação, especialmente nos centros e nas áreas com potencial de polarização; 2. Identificar rotas preferenciais, priorizando nas mesmas o tratamento de calçadas e travessias das vias, garantindo a acessibilidade ambiental. Autor: Executivo F: 21 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovada</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 18 A – Assegurar a efetiva implementação da política para estacionamentos e para cargas/descargas. Autor: Executivo F: 23 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovada</p>	

<p>Proposta 19 A - Permitir a transferência do passeio para área de recuo frontal, utilizando o restante com estacionamento no mesmo nível da pista de rolamento. Autor: Adriano – Setor Técnico\Ivan – Setor F: 18 C: 0 A: 5 Resultado:</p> <p>B- Permissão da utilização do afastamento frontal com rebaixamento equivalente à metade da extensão do meio fio do estabelecimento, para estacionamento de veículos, com instalação de sinalização de entrada e saída de veículos. Autor: Vanessa – Setor Empresarial F: 18 C: 3 A: 2 Resultado:</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 1 Juntar as propostas A e B Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 2 Permitir a utilização da área do passeio como extensão da pista de rolamento para fins de estacionamento com a utilização da área de afastamento frontal para passeio com o devido licenciamento. Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Minimizar o conflito entre veículos e pedestres nos locais em que há a utilização do afastamento frontal como estacionamento de veículos, priorizando a segurança e o conforto dos pedestres.</p>
<p>Proposta 20 A – Implantação de programa de controle das fontes móveis causadoras da poluição sonora. Autor: Executivo F: 24 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 21 A - Melhoria da sinalização indicativa, inclusive revendo a colocação de placas mal posicionadas, com implantação de sinalização de semáforos sonoros para deficientes visuais. Autor: Toninho/Gegê – Setor Popular F: 17 C: 1 A: 3 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>

<p>Propostas 22 e 27 22 A - Garantir o bom estado de conservação das calçadas, fazendo cumprir a legislação vigente, com incentivos fiscais aos proprietários para a manutenção dos passeios. Autor: Gegê/Fátima – Setor Popular F: 15 C: 4 A: 1 Resultado: Aprovado</p> <p>22 B - O poder público será responsável pela manutenção e conservação dos passeios e calçadas. As calçadas dos novos empreendimentos serão de responsabilidade do proprietário. Autor: Ivan Martins - Setor Empresarial F: 14 C: 4 A: 2 Resultado: Reprovado</p> <p>27 A – Calçadas com grande volume de pedestres devem receber tratamento especial, que ficará a cargo do poder público. Autor: Vanessa – Setor Empresarial F: 14 C: 4 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa -</p>
<p>Proposta 23 A – Proibição da utilização de calçadas pelos ambulantes, redirecionando os licenciados para áreas previamente definidas, em locais acessíveis e atrativos. Autor: Macoud – Setor Empresarial F: 17 C: 1 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 24 A – Proibir a obstrução dos espaços públicos. Autor: Executivo F: 11 C: 6 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Melhoria de redação.</p>
<p>Proposta 25 A - Consideração dos POVS da Polícia Militar como mobiliário urbano e promoção de seu tratamento como tal, para uso em locais com grande incidência de criminalidade. Autor: Toninho – Setor Popular F: 19 C: 0 A: Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>

<p>Proposta 26 A – Extensão da padronização de calçadas a toda a cidade, respeitando a especificidade de cada região considerando a utilização de materiais alternativos. Autor: Executivo F: 13 C: 5 A: 1 Resultado: Aprovado</p> <p>B - Extensão da padronização de calçadas somente para novos imóveis a serem construídos. Autor: Ivan – Setor Empresarial F: 10 C: 8 A: 1 Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 1 Extensão da padronização de calçadas a toda a cidade, respeitando a especificidade de cada região considerando a utilização de materiais alternativos. As calçadas de grande volume de pedestre deverão receber tratamento especial a cargo do poder público. Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 2 Estabelecimento de padrões de calçadas a toda a cidade, respeitando a especificidade de cada região, a ser adotado na medida que houver obra de intervenção na calçada ou no im</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 3 Extensão da padronização de calçadas a toda a cidade, respeitando a especificidade de ca</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 4 O poder público doar material e o proprietário executar o passeio no padrão. Resultado: Reprovado</p> <p>PROPOSTA ALTERNATIVA 5</p>	<p>Justificativa O padrão já foi definido para a Regional Centro-Sul. o que se pretende é estabelecer a padronização em toda a cidade.</p>
<p>Proposta 28 A – As faixas de pedestre devem ter largura compatível com o volume de pedestres que delas se utilizam e receber uma separação ao meio, ao longo do seu comprimento, criando duas faixas de passagem, sendo cada uma delas destinada à circulação em uma direção, evitando colisões entre os transeuntes. Autor: Adriano – Setor Técnico F: 16 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>

<p>Proposta 29 A – Fim da figura do preposto no processo de concessão de uso das bancas de revista. As bancas terão um permissionário e, no máximo, dois funcionários. Autor: Executivo F: 24 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Evitar a venda “extra-oficial” das bancas de revista e garantir que o permissionário das mesmas seja efetivamente o responsável por sua exploração.</p>
<p>Proposta 30 A - O inciso 1º do artigo 199 da lei 8616/03 passa a ter a seguinte redação: a altura do elemento energizado inferior em relação ao terreno ou piso circundante, quando instalado nas divisas ou alinhamento, seja no mínimo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros). Autor: Sérgio – Setor Empresarial F: 18 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Para a instalação de cerca elétrica ou de qualquer dispositivo de segurança que apresente risco de dano a terceiros exige-se que: I - a altura do dispositivo em relação ao terreno ou piso circundante, quando instalado nas divisas ou alinhamento, seja no mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);</p>
<p>Proposta 31 A – Instituir a figura do chamamento público para a realização de obras em dutos subterrâneos, sempre que houver a solicitação da realização destas intervenções por uma concessionária. Uma vez concluídas as obras, novas intervenções no local ficam proibidas por um período de 5 anos. Autor: Executivo F: 15 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa O objetivo da proposta é evitar que sejam feitas constantes obras em espaços públicos, obstruindo as calçadas e causando transtornos a pedestres e veículos por longos períodos. Da forma proposta, todas as obras ocorrerão num mesmo momento, diminuindo a frequência das intervenções.</p>
<p>Proposta 32 A – Definição das infrações para as quais a autuação independe de notificação prévia. Autor: Executivo F: 20 C: 4 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa A nova proposta visa a inibir as práticas irregulares a partir de uma maior agilidade e efetividade da fiscalização.</p>
<p>Proposta 33 A – Incremento de incentivos para a criação de shopping populares por iniciativa pública e/ou privada ou através da formação de cooperativas com a devida regulamentação. Autores: Executivo e Plenária F: 13 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>

<p>Proposta 34 A – Será mantida a política de financiamento do mobiliário urbano com os seguintes condicionantes: 1- Será proibida a instalação de engenho de publicidade publicitário, indicativo ou cooperativo em mobiliário urbano de pequeno porte; 2- Será instituída em regulamento tabela com a definição dos portes para o mobiliário urbano. 3- A cobrança para o uso de publicidade em mobiliário urbano será direcionada para fundo de desenvolvimento urbano com o devido direcionamento para a manutenção e gestão do mobiliário urbano. 4- Toda concessionária que instalar mobiliário urbano no logradouro público com publicidade deverá pagar taxa específica para a manutenção do mobiliário urbano. 5- Haverá continuidade da política de adoção de praças e jardins com a permissão de instalação de engenho de publicidade. Autor: Executivo F: 11 C: 0 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Melhoria dos instrumentos para financiamento do mobiliário urbano.</p>
<p>Proposta 35 A – Propõe-se em terreno ou lote vago lindeiro a via de ligação regional ou arterial, limitar a instalação a 1 (um) engenho por face de quadra. Autor: Executivo F: 13 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Melhoria da restrição permitindo o uso de outdoors com controle da disposição dos mesmos.</p>
<p>Proposta 36 A- 1- Proibição de instalação de engenhos de publicidade em terrenos e lotes vagos e em empenas cegas nos locais definidos como área de diretrizes especiais exclusivamente residenciais, nas ADEs Pampulha, Santa Tereza, Mangabeiras, Belvedere, Santa Lúcia, São Bento e Cidade Jardim, em zonas de preservação ambiental - ZPAM e em zonas de proteção 1 e 2 - ZP1 e ZP2, nos termos da lei de parcelamento, ocupação e uso do solo. 2- Proibição de instalação de engenhos de publicidade em terrenos e lotes vagos situados nas áreas delimitadas como zona central de Belo Horizonte – ZCBH, zona hipercentral – ZHIP, zona central do Barreiro – ZCBA, zona central de Venda Nova – ZCVN e zona de proteção 3 – ZP-3, nos termos da lei de parcelamento, ocupação e uso do solo. 3- Limitar a instalação de engenhos de publicidade em empena cega de edificações situadas nas áreas classificadas como ZHIP, ZCBH, ZCBA e ZCVN, limitada a uma empena. 4- Limitar a instalação de engenhos de publicidade em empena cega de edificações situadas</p>	<p>Justificativa Definição mais precisa para os limites de instalação de engenhos de publicidade em áreas de proteção.</p>
<p>Proposta 37 A – Proibição dos totens dos abrigos, devendo a publicidade ser realizada em película translúcida no vidro presente no próprio abrigo, além de contribuir para a manutenção e a substituição periódica destes vidros. Autor: Executivo e Plenária F: 13 C: 0 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa A proposta visa melhorar a ocupação do passeio e as condições de utilização dos abrigos para passageiros de ônibus.</p>

<p>Proposta 38 A- As diretrizes para a instalação de engenhos de publicidade devem seguir as diretrizes gerais e específicas da deliberação nº 109/2004. Autor: Executivo F: 12 C: 11 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município definiu as regras para publicidade nos conjuntos tombados(Ex: Av. Afonso Pena). A proposta é extensão para toda a cidade.</p>
<p>Proposta 39 A – Restringir holofote em empenas cegas de forma que a iluminação seja direcionada exclusivamente à publicidade, com menor incidência de lúmen. Autor: Sérgio – Setor Empresarial F: 24 C: 1 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 40 A - *Art. 37 A – Concluída a obra, o executivo emitirá o termo de aceitação provisório que será relativo exclusivamente às condições de utilização da via e à recomposição do pavimento. § 1º - O executor da obra ficará responsável por qualquer deficiência técnica que venha a ocorrer posteriormente à conclusão da obra, durante o prazo de 5 (cinco) anos. 2º - Decorrido o prazo fixado no § 1º e constatada a regularidade mediante nova vistoria ao local da obra, o órgão competente emitirá o termo de aceitação definitivo e cessará a responsabilidade do executor da obra sobre a manutenção do pavimento. Autor: Sérgio - Setor Empresarial F: 24 C: 1 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa Aumento do prazo do termo de aceitação provisório de 2 para 5 anos.</p>
<p>Proposta 41 A – Dispensar todos os engenhos indicativos instalados paralelamente às fachadas, que meçam até 1 m2 (simples ou não), de licenciamento. Autor: Sérgio – Setor Empresarial F: 24 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 42 A - Os engenhos localizados no interior dos estabelecimentos são permitidos e não são contabilizados para o cálculo da área utilizada pelo engenho de publicidade, mesmo quando vistos da rua. Autor: Felipe – Setor Empresarial F: 22 C: 1 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 43 A - É proibida a fixação de qualquer tipo de faixa em logradouro público, exceto aquelas de campanhas de utilidade pública promovidas pelo poder público. Autor: Toninho – Setor Popular F: 23 C: 2 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>

<p>Proposta 44 A - Proibir e coibir a atividade de “flanelinhas”. Autor: Marcos – Setor Empresarial F: 24 C: 1 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 45 A - Permitir que a questão das feiras e de venda a varejo diretamente ao consumidor final seja corretamente discutida e monitorada – inclusive com a criação de índices de acompanhamento e verificação de resultados - e alterados, caso não atinjam o objetivo previamente delimitado. Autor: Marcos – Setor Empresarial F: 21 C: 1 A: 3 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 46 A – Vedar manifestações em via pública, Av. Afonso Pena, Av. Amazonas, Pça. Sete e Pça. da Liberdade, sendo que tais manifestações podem ocorrer em feriados, sábados e domingos, ficando liberadas essas manifestações na Pça. da Estação. Autor: Macoud – Setor empresarial F: 12 C: 10 A: 3 Resultado: Reprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 47 A – Edificações públicas e privadas que forem pichadas, deverão ser limpas pelos causadores sendo que os mesmos serão penalizados em limpar três vezes a metragem pichada, sendo extensivo a menores e seus responsáveis. Autor: Macoud – Setor Empresarial F: 23 C: 0 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 48 A – Criar dispositivo legal específico exigindo a divulgação, via Diário Oficial do Município (DOM), das autuações e penalidades impostas aos gestores públicos federais, estaduais e municipais, tanto do executivo quanto do legislativo e judiciário, que infrinjam o código de posturas. Autor: Rafael – Setor Técnico F: 23 C: 0 A: 2 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>

<p>Proposta 49 A – No caso de realização de obra, o responsável por dano a passeio deverá restaurá-lo integralmente desde o alinhamento até o meio fio, na parte correspondente ao módulo definido segundo os padrões da Prefeitura, imediatamente após a execução do objeto do licenciamento e concluído no prazo de 5 dias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis. Autor: Macoud – Setor Empresarial F: 24 C: 0 A: 1 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 50 A – Criar uma forma legal de se obter, através das operadoras de telefonia, a identificação dos titulares dos números de telefones constantes nos cartazes, faixas e outros meios de comunicação visual fixados irregularmente, para fins de responsabilização e penalização. Sugestão de imposição de penalização: cobrança de 3 vezes o valor do custo de remoção do objeto de multa. Autor: Sérgio – Setor Empresarial F: 16 C: 1 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 51 A – Possibilitar a criação ou implantação de quarteirão fechado em toda a cidade, visando à melhoria do trânsito, criação de áreas verdes e de lazer. Autor: Sérgio - Setor Empresarial F: 12 C: 2 A: 3 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>
<p>Proposta 52 A – Priorizar o plantio de árvores frutíferas de pequeno porte e floríferas de modo a favorecer o renascimento e manutenção da fauna local, observando as restrições técnicas. Autor: Sérgio - Setor Empresarial F: 14 C: 2 A: 0 Resultado: Aprovado</p>	<p>Justificativa</p>